

UM BAIANO A SERVIÇO DO CEARÁ E DO BRASIL

IRINEU PINHEIRO

PREFACIO

Resolvendo publicar na "Revista do Instituto" a tese sob o título "Um baiano a Serviço do Ceará e do Brasil", apresentada ao Primeiro Congresso de História da Baía, realizado em Salvador, de 19 a 29 do mês de Março de 1949, é meu intuito vulgarizar, na medida de minhas forças, os feitos de um de nossos antepassados, José Pereira Filgueiras, capitão-mor do Crato, injustamente julgado, a meu ver, por alguns historiadores.

Ampliei a tese, que foi escrita às pressas, quase a terminar o prazo de sua entrega à secretaria do Congresso, a fim de melhor ajuizar o leitor da psique e da actuação pública de Pereira Filgueiras, uma das mais curiosas personagens de nossas crónicas. Das mais curiosas e mais dignas de estudo.

Foi ele, sobretudo, homem de acção, da estirpe dos que fazem história em vez de a escreverem, deixando sulcos profundos em nossa vida colectiva em 1817, 1822 e 1824.

E' admirável que Filgueiras, pobre como seus contemporâneos, no Cariri, a viver da rudimentaríssima indústria de moer canas de açúcar e fabricar rapaduras em tosco engenho-de-pau, idêntico aos do século XVII, descritos por frei Vicente do Salvador em sua "História do Brasil", é admirável que, em 1822 e 24, com valentes companheiros, tenha levantado exércitos que pelejaram por nossa independência e pela república, na Confederação do Equador.

Sua popularidade foi imensa em todo o Ceará. Desde o descobrimento deste até hoje, foram José Pereira Filgueiras e o Padre Cícero Romão Baptista os dois homens de maior prestígio pessoal em nossa terra.

I

No século XVIII, muitos emigrantes, entre os quais numerosos baianos, vieram ter ao Cariri, no extremo meridional do Ceará, uns fascinados pelo ouro das minas de Morros Dourados, ilusão que durou bem pouco, outros seduzidos pela fertilidade do solo caririense e pelas águas que o regam, jorrantes de ao sopé do planalto do Araripe, em dezenas de fontes perenes.

Era, naqueles tempos, majestosa, ali, a vegetação, especialmente nas faldas do chapão e em cima dele.

A terra era boa e se quisesse aplicar-lhe a frase de Pero Vaz de Caminha, acrescentaria que, também, era “graciosa que querendo a aproveitar dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem.”

Tudo isso, a beleza e uberdade da região, a abundância de águas que nunca secavam, a fama de minas que poderiam enriquecer, rapidamente, os que as explorassem, tudo isso atraía espíritos que amavam a aventura.

Um dos fundadores de Missão Velha, primeiro núcleo de população mais notável do Cariri, foi o Capitão João Correia Arnaud (ele escrevia Arnaut), natural de Inhambupe, Baía, filho do Capitão João Correia de Brito e de sua mulher Mícia de Figueiredo Mascarenhas.

Descendia Correia Arnaud de Liago Álvares Caramuru, chegado à Baía muito antes do primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Sousa, que ele Caramuru, rodeado dos filhos, genros e netos, recebeu e hospedou em sua casa.

Na segunda metade do século XVIII veio, também, ao Cariri, provindo da Baía, conforme garante Bernardino Gomes de Araújo em sua “Crônica de Missão Velha”, o português José Quesado Filgueiras Lima, casado com Maria Pereira de Castro, os quais se fixaram no sítio Santana, nas proximidades de Barbalha, mui perto do Crato.

Levaram consigo um filho de quatro anos de idade, José Pereira Filgueiras, que, depois, seria capitão-mor do Crato e exerceria relevantíssimo papel no Ceará, Piauí e Maranhão.

Nasceu Filgueiras não em Sergipe, como escreveram o barão do Rio Branco, Oliveira Lima, barão de Studart e outros historiadores, mas na freguesia de Nossa Senhora da Oliveira, arcebisado da Baía.

Num livro de casamentos de Missão Velha, correspondente aos anos de 1773 — 1810, pág. 58, lê-se a certidão de casamento de Pereira Filgueiras, a qual o dá natural daquela paróquia baiana. (1)

(1) Eis, *ipsis verbis*, a cópia da certidão de casamento de José Pereira Filgueiras, com modificação, apenas, da ortografia:

“Aos vinte e cinco dias do mês de Agosto de mil e oitocentos e três, às

Quem informou ao padre do lugar do nascimento de Filgueiras foi, certamente, o próprio Filgueiras, o noivo.

Provam, ao meu ver, de modo indiscutível, esses dados a mim fornecidos pelo ilustrado Padre António Gomes de Araújo, da diocese do Crato, a naturalidade baiana do célebre capitão-mor.

Só um documento seria capaz de invalidar o encontrado pelo Padre Gomes: o de certidão de baptismo. Mas, este, estou convencido, se achado, confirmará aquele.

Foi José Pereira Filgueiras homem de força agigantada e de imenso prestígio pessoal, só superado, décadas após, pelo do Padre Cícero Romão Baptista, filho do Crato.

doze horas do dia nesta, digo, na fazenda S. Paulo, desta freguesia de S. José do Cariri Novo, depois de feitos os proclamas do costume, sem descobrir impedimento, em minha presença e destas testemunhas o Capitão José Alexandre Corrêa Arnaud e Mestre de Campo José de Araújo Soares, se receberam por palavra de presente Just. Trident o capitão-mor José Pereira Filgueiras, natural da freguesia de N. S. da Oliveira, do arcebispado da cidade da Baía, filho legítimo do tenente José Quesado Filgueiras Lima e Maria Pereira de Castro, já falecida, com dona Joaquina Maria Parente, filha legítima do Coronel Manuel Gonçalves Parente, já falecido, e de dona Rosa Maria do Sacramento, natural desta freguesia, de onde são moradores, e receberam as benções ante-missa, do que para constar se fez este assento que assino. Francisco Xavier de Vasconcelos Maltez, pároco." (Livro de casamentos da paróquia de Missão Velha, 1773 a 1810, pág. 58).

Sei que uma das testemunhas acima citadas, José de Araújo Soares, filho de Gonçalo de Araújo Soares e Teresa de Jesus, foi casado com uma irmã de Filgueiras, de nome Clemência Pereira de Castro. Dona Joaquina Maria Parente, mulher de Filgueiras, era baiana, como também baiano era seu pai Manuel Gonçalves Parente. Breve a vida de dona Joaquina, a qual faleceu no ano seguinte ao de seu casamento, no dia 29 de Junho de 1804. Teria sido parto, ou suas consequências, a causa mortis? Envolta em hábito de S. Francisco, foi sepultada na matriz de N. S. da Penha, do Crato, e encomendada pelo vigário Miguel Carlos da Silva Saldanha (Livro de óbitos, Crato, de 1802-1805, fls. 31). Quanto ao pai de Filgueiras, deve ter chegado ao Cariri bem no começo da era de 60 do século XVIII. Adquiriu o sítio Santana, perto de Barbalha. Não cumpriu, na vida pública da zona que escolheu para viver, nenhum papel digno de nota. Li sua assinatura autógrafa, entre várias outras, na acta de uma sessão realizada na matriz de S. José dos Cariris Novos, hoje Missão Velha, na qual acta se tratou de conseguir dinheiros para a conclusão das obras da igreja. Isso em 1791, no paroquizado do vigário André da Silva Brandão. O móvel que trouxe José Quesado Filgueiras ao Cariri, segundo o testemunho de Bernardino Gomes de Araújo, professor primário e cronista, foi ter ele Quesado cometido na Baía, onde estava, crimes, cuja natureza não disse Bernardino qual tenha sido.

A superioridade do padre cearense sobre o caudilho baiano decorreu, especialmente, de seu carácter sacerdotal.

Cercaram Filgueiras de lendas maravilhosas as rudes populações de nosso interior, fanatizadas por sua valentia, demonstrada em inúmeras lutas, no começo do século transacto.

Corria que seu cavalo voava sobre torres de igrejas, seu clavinote "Estrela d'alva" suave, sua espada tinia na bainha á aproximação de inimigos, etc.

Contava-se que, certa vez, num passeio de seu sítio S. Paulo ao Crato, numa distancia de quatro léguas, em terreno acidentado, colocou ele nos dois estribos patações, em cima destes firmou os pés até o fim da viagem, sem que saíssem do lugar as duas moedas de prata.

Dizia-se que, agarrado com as mãos num galho de árvore, suspendia o cavalo em que montava, abarcando-o nas duas pernas retesadas.

Era um prodígio de robustez o capitão-mor do Crato.

Transpôs a lenda as raias do Ceará. Ao Marquês de Resende escreveu Felisberto Caldeira Brant, na época da Confederação do Equador, que "um sertanejo Filgueiras, que não sabe ler, mas tem pacto com o diabo, em consequência do que não lhe entra chumbo, uniu-se a Carvalho e mandou o presidente para o Rio."

Eram Carvalho e o presidente, a quem se referia Brant, respectivamente, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, chefe da Confederação em Pernambuco, e Pedro José da Costa Barros, presidente legal do Ceará, deposto por Filgueiras.

Ouviam-no em negócios públicos e privados. Nada se fazia de importante sem seu conselho e aprovação.

Veja-se o que dele afirmaram certos historiadores e se há sólido fundamento em seus conceitos relativos a esse curiosíssimo vulto de nossa crónica.

Para alguns, como, por exemplo, Monsenhor Luiz Tavares, João Brígido, Dias da Rocha Filho, era Filgueiras um místico de bravura física, estupidez e crueldade.

Chegou mesmo o último, em "A Vida do Brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro", a tê-lo em conta de "quase um irreponsável pela mesquinhez da inteligência e ignorância crassa."

Considerou-o dirigido em todos os acontecimentos em que se envolveu, ora por Leandro Bezerra Monteiro, ora Tristão Gonçalves Pereira de Alencar que, depois, em virtude de motivos nativistas, mudou o nome para o de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, ora por Luís Pedro de Melo César, expedicionário de Caxias, "a quem se atribui, na frase de Dias da Rocha, a direcção real da campanha", contra o sargento-mor João José da Cunha Fidié, no Maranhão.

Mas, licito é perguntar-se: por que nada se fez, no primeiro quartel

do século passado, sem a colaboração de Pereira Filgueiras, ou melhor, sem sua ostensiva chefia?

Talvez de uma razão de ordem psicológica se tenha originado a severidade do julgamento de Dias da Rocha.

Quis, quem sabe?, o distinto historiógrafo, sem que o pressentisse, realçar os méritos de seu biografiado, diminuindo os de Filgueiras, actor como Leandro no cenário da vida pública cratense, nos princípios do século findo.

Não pode casar-se a apregoada boçalidade de Filgueiras com sua acção decisiva nos sucessos de nossa história, entre 1817 e 24, todos de projecção nacional.

Farece-me que a reserva e taciturnidade de Filgueiras, por alguns julgados índice de estupidez, podem ser explicadas por ter-lhe faltado espontaneidade e locução, também por astúcia inata afim de evitar compromettimentos num meio em que fermentavam ódios e intrigas.

impossível negar-se certo mandonismo de Pereira Filgueiras, justificável no tempo em que viveu, nas frequentes lutas políticas á mão armada, sua notoria incultura intelectual, comum, aliás, entre os homens do interior e mesino do literal, isto é, das capitais, naquela quadra, mas deve convir-se que muito exageto houve em derredor dessas qualidades da singular personagem que ele foi.

Em seu "D. João VI no Brasil", publicado em 1907, apellida Oliveira Lima a Filgueiras de "velho malfeitor que para o crime se valia de sua autoridade", mas em suas notas á margem da "História da Revolução de Pernambuco em 1817", de autoria de Muniz Tavares, editada em 1917, disse aquelle illustre brasileiro que "há quem lhe descubra (em Filgueiras) como em todo o caudal das qualidades apreciáveis e até quem relate rasgos ocasionais de bondade"

No espaço de dez anos que mediaram entre seu livro e suas notas sobre a "História da Revolução de Pernambuco", de Muniz Tavares, moditicou Oliveira Lima, com a perspicácia que lhe era habitual, seu conceito a respeito de Filgueiras, favorecendo-lhe a memória histórica.

Qualificou ao Capitão-mor do Crato de bom, pacífico e benfazejo um seu contemporaneo, que muito bem o conheceu, o Governador do Ceará, Manuel Inácio de Sampaio.

Contou este que, em 1816, correu a notícia de que o Ouvidor João António Rodrigues de Carvalho, então no Cariri por ter ido inaugurar a vila de Santo António de Jardim, tentou prender Filgueiras.

"Em uma manhã, disse Sampaio, appareceu a casa deste rodeada de mais de 400 pessoas que, á porfia, se lhe ofereciam para sua defesa, e não teve ele pequeno trabalho em despersuadir e sossegar o povo, e fazer retirar todos para suas casas". "Não era possivel a Carvalho atacá-lo (a Filgueiras) com a jurisdição da vara, acrescentou Sampaio, por que era o mesmo que atacar os 30 e tantos mil habitantes do antigo termo do Crato, que logo

que suspeitam que de qualquer maneira se pretende atacar seu Capitão-mor, imediatamente se lhe vão oferecer em bandos para sua defesa.”

Outro exemplo de afeto e entusiasmo que lhe consagravam as populações do sul do Ceará nos é dado pelo Presidente José Felix de Azevedo e Sá, traidor da Confederação do Equador e inimigo de Filgueiras, o qual presidente confirmou, plenamente, os conceitos de Sampaio.

Em 12 de Março de 1825, em officio ao Coronel Leandro Bezerra Monteiro, no Crato, ordenou José Felix que, regeitado pelo governo imperial o perdão de Lord Cochrane, deveria ele Leandro Monteiro “prender e entregar ao Tenente Manuel Antonio Diniz, na vila do Icó, todos aquelles que comandavam corpos ou guerrilhas, os que escreveram contra S.M.I. e os que eram acérrimos improperantes do mesmo Sr., advertindo que não devem ser perseguidos os que somente acompanharam Filgueiras, por que neste caso, quase que se teria de castigar o povo inteiro e demais estes são meras máquinas que volvem para onde os dirige o maquinista.”

Ora, se Pereira Filgueiras despertou tamanhas dedicações colectivas, forçosamente foi homem capaz de rasgos de bondade frequentes, não apenas ocasionais, na frase de Oliveira Lima.

No juizo de outro eminente escritor, Tobias Monteiro, manifestou ele “princípios de grande elevação moral”, no decurso da marcha de Caxias, condenando depredações de bens de portugueses por soldados sob seu comando, depredações que, na opinião de Filgueiras e de Tristão Gonçalves, não se desculpariam “debaixo de nenhum pretexto e só poderiam envergonhar o carater dos brasileiros”.

Pelejavam pela liberdade da pátria, não pelos haveres de seus inimigos, nem contra as famílias destes, declararam ambos.

II

Na manhã de 29 de Abril de 1837, terça feira, chegou ao Crato José Martiniano de Alencar, emissario dos chefes rebeldes de Pernambuco, Padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro e Domingos José Martins, a fim de, em nome deles, levantar o Ceará em prol de nossa independencia e da república.

Fra Alencar filho de dona Barbara Pereira de Alencar, viúva do negociante português José Gonçalves Santos, falecido, no Crato, em 6 de Novembro de 1809.

Comunicou sem perda de tempo, a missão de que o incumbiram a seus parentes e amigos e tratou, logo na tarde de 2 de Maio, de, em companhia de seu irmão Tristão Gonçalves Ferreira de Alencar, Bartolomeu Alves de Quental, Frei Francisco de Santana Pessoa, capelão de Filgueiras, entender-se com este, em seu sítio S. Paulo.

Expôs com juvenil entusiasmo o fim da revolução pernambucana, os meios de que dispunha o movimento, a certeza de sua vitória.

Convidou a Filgueiras que, certamente, o ouvia calado, como era de seu costume, a pôr-se á frente das forças sob seu comando e das que se lhes reunissem, e a derribar o tirano, como chamavam o Governador Sampaio.

Entregou, em seguida, ao Capitão-mor uma carta do Padre João Ribeiro e Domingos José Martins, na qua' lhe elogiaram a coragem e o incitaram, com veemência, a salvar a pátria.

Não se sabe qual a resposta immediata de Filgueiras.

Sobre esse assunto formularei, adiante, hipóteses que o leitor verá e julgará.

Sempre negou Pereira Filgueiras qualquer conivência com os revoltosos, directa ou indirecta.

Em carta ao Governador do Ceará, Manuel Inácio de Sampaio, immediatamente após a revolta, escreveu ter ouvido com indignação que José Martiniano espalhara ter sido ele "consensuador da revolução desta vila (Crato) e cooperando para ela"

Nunca acreditou Sampaio, o "Argos de cem olhos", na expressão do Barão de Studart, ser Filgueiras culpado de conspiração.

Afirmou o Governador, textualmente, que um "dos maiores obstáculos que o Ouvidor Carvalho (João António Rodrigues de Carvalho, chefe da revolução no Ceará, digo eu) tinha a vencer nos sertões desta capitania era o Capitão-mor do Crato, José Pereira Filgueiras".

Embora ambos baianos, desavieram-se Carvalho e Filgueiras por se ter aquelle empenhado, tempos atrás, em favor do Ouvidor Manuel António Galvão, persiguidor do Capitão-mor. M

Essas questões de Filgueiras e Galvão deram-se entre os asos de 1810 e 1813, épocas em que, respectivamente, foi este empossado de seu cargo de Ouvidor e suspenso, por arbitrariedades cometidas, pelo Principe Regente.

Rodrigues de Carvalho, republicano e revolucionário, acabou por aceitar o regime imperial e ser senão pelo Ceará.

Teria Pereira Filgueiras, na conferência com José Martiniano de Alencar, repellido as propostas que este lhe fez em nome dos chefes revolucionários de Pernambuco?

Teria aderido á revolução? Teria, apenas, prometido neutralidade de sua parte?

Qual das tres hipóteses a mais aceitável?

É certo que, no começo, foi dúbida, pelo menos aparentemente, a attitude de Filgueiras.

Hoje, através de alguns documentos, poder-se-á chegar a uma conclusão que se não alongará da verdade, penso eu.

No dia 2, o de sua conferência com os chefes revolucionários do Crato, escreveu de ao Governador Sampaio oferecendo-se para defender com as forças de seu comando a "Real Pessoa de S. Magestade, a quem respeito e estimo como devo e sou obrigado".

No dia 3, o da revolução, num bilhete a seu compadre Januario Ferreira Gastão, condenou o movimento garantindo que "se Deus não me desamparar breve tornaremos a gozar de nosso antigo costume".

Em 4, acompanhado de amigos, foi ao Crato, em plena revolta desde a véspera, ocupado por duzentos homens, hospedou-se em casa do vigário Miguel Carlos da Silva Saldanha, revolucionário *malgré lui*, jantou com este e outros revoltosos.

Sabe-se por informações dadas a Sampaio ter sido dona Bárbara, mãe dos irmãos Alencares, quem preparou a refeição, mandando "comprar ao contratador 2 libras de carne salgada, matando 3 galinhas, pondo á mesa 3 garrafas de vinho, das quais apenas uma, pela metade, foi utilizada pelos convivas".

Será crível que Filgueiras, se se tivesse manifestado, no dia 2, francamente, contrário ao movimento pernambucano, fosse meter-se entre os revoltosos no dia 4, e que estes o recelessem bem?

Não correu alegre, de certo, o jantar a ele oferecido por que mal tocaram os comensais no vinho posto á mesa, sinal de lhes preocupar os corações pressagos o lance perigosíssimo em que se viam envolvidos, capaz de proporcionar-lhes perdas de vida e liberdade.

Quando esteve no Crato tudo observou Filgueiras: os recursos de que dispunham os revolucionários, os projectos destes, o número de homens armados, achou, segundo informou em carta ao Governador Sampaio, "povo muito atemorizado ou parte dele entusiasmado".

Durante sua visita mostrou-se o Capitão-mor reservado, sem "dar palavra alguma" sobre o levante, mas ao escrivão José António Ferreira Chaves, realista *entragé*, homem que ele considerava de "prudente parecer", comunicou em segredo que "breve seria a vila restaurada", segundo palavras textuais de Chaves numa carta ao Governador Sampaio.

Acrescentou, ainda, o escrivão no mesmo documento: "Ignoro, também que o dito Capitão-mor assinasse papel relevante a consentir na sublevação e é o que lhe tenho sempre perguntado e ele firme responde-me que os que apareceram são falsos e sinistramente alcançados a fim de macular sua honra".

Como se vê, perguntava o bom do escrivão e reperguntava para bem se certificar da verdade e transmiti-la ao Governador.

Com este, que era homem sagaz e vigilante, carteavam-se Ferreira Chaves, no Crato, e Manuel Brígido dos Santos, no Icó, secretário da Câmara dali, de tudo o informando.

Do que se acaba de ler deduz-se, parece-me, que colhido de surpresa, na conferência com José Martiniano, prometeu Filgueiras não hostilizar a rebelião. Mas, no íntimo, sua intenção era combatê-la, conforme suas acima referidas declarações ao Governador Sampaio e a dois amigos seus, nos dias 2, 3 e 4 de Maio.

Manifestando-se neutro, ele quis, de certo, ganhar tempo, tomar as

necessárias providências “para fazer a restauração com cautela, apalpando primeiro o animo dos povos”, buscando assenhorear-se “dos corações dos mesmos”, conforme frases suas testuais em carta a Sampaio, datada de 15 de Junho de 1817.

Guardou tal sigilo sobre seus verdadeiros propósitos (a ser exata minha hipótese de sua fingida neutralidade, a qual, aliás, resultou de documentos), guardou tamanho sigilo, que o Tenente-coronel Leandro Bezerra Monteiro, personagem influente no Município e que já se negara a participar da revolução, julgou que ele Filgueiras vacilava e acabaria por se unir aos rebeldes.

Encarregou de dissuadi-lo desse intento seu filho Gonçalo Luís Teles de Meneses e o Padre Francisco Gonçalves Martins, baiano, carmelita egresso de sua Ordem, homem inteligente e argumentador, os quais o visitaram no sítio S. Paulo e lhe procuraram demonstrar os riscos da empresa.

A ambos garantiu, firmemente, Pereira Filgueiras “que fosse como fosse, a contra-revolução se havia de fazer”, segundo palavras de Dias da Rocha Filho, que biografou Leandro.

Uma semana depois, como se verá, executou o Capitão-mor o que prometeu aos dois emissários realistas.

No Crato, onde ensinou em sua mocidade como professor primário, nas eras de 50 e 60 do século findo, colheu João Brígido a tradição de ter Pereira Filgueiras assinado papéis que o comprometiam na revolução, os quais foram enviados aos chefes pernambucanos por portador, a pé, como era hábito naqueles tempos.

Diziam, ainda, que Filgueiras, arrependido do que fizera, despachou homens que seguiram o positivo, o encontraram perto de Recife e assassinaram e tomaram-lhe os documentos que levava.

Negou o Barão de Studart, terminantemente, tal se tenha dado. Nem o Capitão-mor subscreveu a acta em que se narraram os acontecimentos da rebelião, nem também qualquer mensagem “de adesão e apoio ao governo de Pernambuco”.

Em minha opinião, esta é a versão exacta, comprovada com “testemunhas coevas”, conforme escreveu nosso eminente historiador.

I I I

Bateu José Martiniano de Alencar um *record* admirável, organizando a insurreição no Crato e desfechando-a no curtíssimo espaço de quatro dias, na manhã de 3 de maio de 1817, dia da invenção da Santa Cruz.

Horas antes do levante, fugiram para a casa de Pereira Filgueiras, no sítio S. Paulo, Francisco Cardoso de Matos, Francisco Pereira Maia

Cuimarães e Gonçalo José Ferreira, este encarregado pelo escrivão José Antonio Ferreira Chaves de avisar ao Capitão-mor quais os cabeças do movimento e quais os que lhe eram contrários.

Com Ferreira Chaves já se aconselhara Filgueiras sôbre as medidas que se deveriam usar para a "feliz restauração" da vila.

Às ocultas, cautelosamente, tramava o astuto escrivão, sem sair do Crato, a contra-revolução.

Que foram fazer, no engenho S. Paulo, Cardoso de Matos e Pereira Maia, patriotas, embora portugueses, presos, depois, como revolucionários em 26 e 28 de Julho, respectivamente?

Talvez tivessem ido incumbidos de espionar Filgueiras, de animá-lo, se houvesse oportunidade, a entrar, logo, no movimento, etc.

Por ocasião da missa do dia 3 de Maio, celebrada no Crato pelo Padre Vicente José Pereira, por se achar doente o Vigário Miguel Carlos, proclamou José Martiniano de Alencar, na matriz, a independencia e a república, vestido de batina e roquete, armado de faca, cousa que se não casava bem com as vestes de sacerdote, símbolo da paz e humildade.

Após o discurso, muito aplaudido, dirigiram-se todos, á frente Alencar, para a casa da Camara, cuja porta estava fechada e quiseram quebrar, e ali lavraram uma acta em que narraram os acontecimentos do movimento rebelionário, redigida por um escrivão nomeado, no momento, parente dos Alencares, Inácio Tavares Benevides, destinado, dois anos depois, em 1824, ano da Confederação do Equador, a ser preso por inimigos imperialistas nas *caatingas* de Pernambuco, levado para Jardim, no Ceará, espancado a cacete, amarrado e lançado, em fim, ás chamas de uma fogueira.

Era assim que se manifestava o ódio político, naquele tempo.

No dia 11 de Maio partiu Filgueiras de seu engenho S. Paulo, com gente armada, reuniu-se nos taboleiros entre Barbalha e Crato ás forças de Leandro Bezerra Monteiro e José Vitoriano Maciel, que o esperavam, acampou, á tarde, com mais de 1.000 homens, no Alto do Barro Vermelho, subúrbio do Crato, ficando no chão do morro, cor de sangue áquela hora da tarde, de sol quase a pino, uma bandeira real, preparada, segundo o Barão de Studart, por Vitoriano Maciel.

Recebeu Filgueiras, ali, um parlamentar dos revoltosos, assustados com aquele movimento de tropas, Joaquim Francisco de Gouveia Ferraz, o mais estúpido dos cratenses, na expressão do Padre António Manuel de Sousa, Vigário de Jardim, e ao ser insultado com palavras por Ferraz, o Capitão-mor, que estava a cavallo (li isso algures, não me lembro onde), tirou, rápido, o pé do estribo, com ele vibrou no emissário violento golpe, mandando prendê-lo imediatamente.

Penetrou, em seguida, na vila e na praça da matriz, junto da cadeia, prendeu, ainda, os irmãos Alencares: José Martiniano de Alencar, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, Padre Carlos José dos Santos Alencar.

José Martiniano foi o único que, de faca em punho, tentou resistir à ordem de prisão dada pelo Juiz Ordinário Manuel Joaquim Teles.

Todos os outros republicanos, que, naquele mesmo dia 11, "prevenidos de pólvora e bala", juraram morrer, defendendo seu partido, fugiram no momento em que apareceram as tropas do Capitão-mor. Isso atestou o vigário Antônio Manuel.

Fracassou, lamentavelmente, dentro de oito dias, o movimento patriótico, graças, pode dizer-se, a José Pereira Filgueiras que, se não teve medo dos revolucionários em armas, muito menos se atemorizou, depois, com as ameaças dos que prometiam vingar as prisões de seus parentes.

Foi o que ele informou a Sampaio em carta de 15 de Junho de 1817.

Os animos, como se vê, continuavam agitados.

Reunindo-se, no dia 11, a Câmara cratense confiscou, sumariamente, os bens dos rebelados e assentou que todos no dia seguinte, 12, seriam enviados para o Icó bem escoltados, "à custa deles". Bem escoltados e algemados.

Reza a tradição que, ao algemar José Martiniano, bateu o ferreiro com o martelo, por inadvertência ou de propósito, no punho do malgrado revolucionário, arrancando-lhe um gemido de dor.

Tristão, que estava ao lado, indignou-se, levantou os braços já presos em algemas e as sacudiu com violência sobre a cabeça do ferreiro, que vacilou.

Filgueiras assistiu ao episódio, narra ainda a tradição, e sorriu, sem dizer palavra.

Comandou a escolta dos presos políticos do Crato um homem que começava a aperecer na vida pública caririense, da clientela de Filgueiras, que nele confiava, o Capitão de ordenanças Joaquim Pinto Madeira, o qual, naquele momento, bem longe estava de supor que, um dia, haveria, também, de insurgir-se contra o poder constituído e morrer fuzilado, no governo de um dos prisioneiros que conduzia para a vila icóense.

Oficiaram, logo, os vencedores á Câmara do Icó, a fim de esta tranquilizar o povo dali, "cujo terror era exagerado", na frase de João Brigido.

Comunicaram-lhe a derrota dos revoltosos e a remessa destes para aquela localidade, avisando que os da escolta, se necessário, demorariam na vila e a defenderiam de quaisquer prováveis ataques vindos do Rio do Peixe e Pombal.

Ofereceram-se os chefes cratenses para, em caso de perigo, socorrerem eles próprios os icoenses, "tudo por serviço de Nosso Soberano."

Nada disso foi preciso. Pelo contrário, forças cearenses penetraram o território paraibano e efetuaram prisões, entre as quais as do Capitão-mor da vila de Sousa, Patrício José de Alencar, e do Vigário de Pombal, José Ferreira Nobre.

No Icó recebeu das mãos de Pinto Madeira os revolucionários o Ca-

pitão-mor José Bernardes Nogueira, português, de quem contavam "anedotas da mais bizarra tirania", diz João Brígido.

Foi escolhido para levar os prisioneiros a Fortaleza outro português, Manuel da Cunha Freire Pedrosa, "atleta, ostentoso e valente", fadado a ser batido, tempo após, em plena rua do Icó, a mando de João André Teixeira Mendes.

No caminho, em Cangati, no *rancho*, à noite, dormiram tão profundamente Cunha Pedrosa e seus homens, que os presos escaparam, carregando um deles, Ferraz, a espada do comandante!

Bateram, de manhã, os dorminhocos, sem perda de tempo, o mato de ao redor, em todos os sentidos, em busca dos evadidos, mas só dois dias depois foram estes capturados para descanso do imprevidente chefe da escolta.

Escreveram, também, as autoridades do Crato ao Governador Sampaio, cientificando-o, detalhadamente, de tudo o que ocorreu naquela vila.

Era Sampaio, em seus officios aos ministros, claro, preciso e minucioso, e gostava, naturalmente, de que assim fossem com ele os que lhe eram hierárquicamente subalternos.

Um dos revolucionários, Francisco Pereira Maia Guimarães, português, tronco da família Maia no sul do Ceará, passou, no começo, após a tomada do Crato, por legalista, assinou a acta da Camara no lugar de um dos vereadores ausentes, participou das forças do Coronel-das-fronteiras Alexandre José Leite de Chaves e Melo, as quais atingiram o Rio do Peixe, na Paraíba, em sua missão de capturar rebeldes, mas de volta ao Crato foi preso no dia 28 de Julho.

Num parêntese, lembrarei que, á aproximação dessa força, "o Crato tremeu", de tal sorte que "o próprio Leandro Bezerra Monteiro solicitou atestados em favor de seu filho Gonçalo Luís Teles de Menezes, e o Padre Francisco Gonçalves Martins pediu á Camara abonasse sua conduta."

E' o que assevera João Brígido em seu livro "Ceará — Homens e Fatos". E assim deve ter sido.

Escreveu Sampaio que a incumbência do Coronel Chaves e Melo era destruir os bandos de homens armados que assolavam os limites da Capitania e prender traidores, "principalmente vigários e cléricos que, por desgraça, têm sido os mais revolucionários."

Tudo fez Sampaio contra os revoltosos, ou os "levantados", como ele os chamava, não só do Ceará mas também de Pernambuco.

Acusou-os de o difamarem com "libelos e papéis falsificados" e acrescentou que, se Deus lhe desse vida, seria o território da Capitania, a que presidia, "disputado passo a passo" até chegarem socorros de Lisboa e da Corte do Rio de Janeiro.

Deve convir-se que ele, assim, cumpria seu dever de português.

Fechado o parêntese, continuarei dizendo que outro lusitano, Francisco Cardoso de Matos, que acompanhou Alencar a Jardim e, no dia 5

de Maio, proclamou a república, quis, á guisa de Pereira Maia, fugir ás iras do Governo, escrevendo uma longa carta a Manuel Inácio de Sampaio, em que negou sua coparticipação no movimento.

A este, como a outros, nada valeram desculpas e foi preso em 26 de Julho, dois dias antes de Pereira Maia.

Alguns foram pegados fora da Capitania, como, por exemplo, Frei Francisco de Santana Pessoa, em Exú, Pernambuco, e dona Bárbara Pereira de Alencar e o Vigário Manuel Carlos da Silva Saldanha, na fazenda Cipó, Paraíba.

Mandavam facínoras, conforme se lê em João Brígido, á procura de fugitivos, com promessas de perdão de seus crimes.

Em Fortaleza, affligiu os presos imensa tortura moral.

José Martiniano de Alencar, num soneto que não primou em beleza, é certo, queixou-se de “pobreza, desprêzo e humilhação” e lamentou, sobretudo, “de certos amigos seus a inconstancia.”

Tristão Gonçalves, viril e impetuoso, revoltado contra os maus tratos, no cárcere, dirigiu, um dia, a dona Bárbara, sua mãe, numa mortalha de cigarro, escritas com sangue algumas palavras, avisando-a de que tentaria fugir “desse no que desse”.

Enviou dona Bárbara o sangrento bilhete do filho ao Governador Sampaio, que se condeou dos prisioneiros e lhes melhorou a situação.

Transferiram-nos, em fim, para as enxovias do Recife e Baía.

Conta Espiridião de Queirós em seu “Antiga Família do Sertão” que dona Bárbara de Alencar, ao embarcar em Fortaleza, “vestia apenas, saia e camisa” e que uma sua escrava, “chorando de pena, lhe cobriu com uma toalha de mãos os ombros nus.”

A dona Bárbara cabe a honra de ter sido a única representante de seu sexo no movimento de 17, o que vale dizer ter sido, entre as mulheres brasileiras, a precursora da independência e da república em nossa pátria.

Se Pereira Filgueiras tivesse aceitado, de corpo e alma, como lhe pediram Alencar e os chefes de Pernambuco, as ideias da revolução, talvez a história desta fosse contada de outra forma.

A notícia do levante nos sertões do Ceará, encabeçado pelo Capitão-mor do Crato, a quem se ajuntaria, sem dúvida, na Paraíba, o Padre Luís José Correia de Sá, homem de muita influência em todo o Rio do Peixe, a notícia, repito, levada, logo, a Recife por positivo, haveria, de certo, erguido o animo abatido dos chefes rebeldes dali e lhes evitado a fuga, na segunda quinzena de Maio.

Se não pudessem, absolutamente, resistir ao bloqueio da esquadra comandada pelo Vice-almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, e ás fôrças de terra do Marechal-de-campo Joaquim de Melo Cogominho de Lacerda, retirar-se-iam, é verdade, como fizeram, mas não interromperiam sua

marcha no engenho Paulista, tumulto da república, onde debandaram os soldados e se enforcou o Padre João Ribeiro.

Continuá-la-iam, rumo ao interior, a fim de se encontrarem com as forças dos caudilhos sertanejos.

Em 1817, não era propícia a época, no Ceará, para proclamações de independência e de república, cousas que o povo não entendia bem.

Não houve trabalhos preparatórios para a divulgação dos novos ideais, á semelhança do que se fez em Pernambuco através de suas *academias*, etc.

Se propagou esses ideais o Ouvidor João António Rodrigues de Carvalho, em suas viagens ao interior, por força de seu cargo, foi tão cautelosamente que resultou inócua, pode dizer-se, sua acção a esse respeito.

Em algumas partes da Capitania regozijaram-se, publicamente, com a derrota dos idealistas do Crato. Bem próximo a este, em Jardim, o Vigário António Manuel de Sousa, numa missa por ele celebrada em acção de graças, pregou sermão e o ofereceu a Sampaio com “as expressões mais encomiásticas”, diz o Barão de Studart.

Em Fortaleza, tais foram as manifestações populares que um documento daquele tempo, favorável ao governo, as classificou de “excessos lisonjeiros, mas nascidos da mais pura afeição.”

Sampaio era o “Benfeitor”, o “Salvador do Ceará.”

“Investem (os manifestantes) ao Governador, regista o documento, e o levantam até os ares e cada um, á porfia, o aperta entre seus braços.”

“As mesmas senhoras se uniram ao concurso, que pareciam apostadas a qual tocasse primeiro o corpo do Libertador de sua honestidade, da vida e da paz de seus esposos e de seus filhos.” Isso em 16 de Outubro de 1817.

Foi patriótico o movimento de 17, e também o de 1824, ao qual me referirei adiante, e merecem toda nossa admiração os que por eles se sacrificaram.

Mas, hoje, deveremos reconhecer que nos foi benéfico o revés de ambas as revoluções, por que, se vitoriosas, haveriam, forçosamente, de destruir a unidade do Brasil, dividindo-o em duas ou três porções.

Dar-se-ia na América portuguesa o mesmo fenómeno occorrido na América espanhola, fragmentada em várias pátrias.

IV

Pode afirmar-se que no Ceará a independência se fez do sertão para litoral ou, mais precisamente, do Crato para Fortaleza.

Em 1 de Setembro de 1822 resolveu a Camara do Crato, segundo acta assinada por vereadores e autoridades, entre os quais o Capitão nor Filgueiras, se cumprisse o decerto de 3 de Junho, marcando, logo, para a eleição de deputados á Constituinte do Brasil o dia 7 de Setembro, por

coincidência o do grito do Ipiranga. Um característico acto de emancipação política.

Rebelaram-se os patriotas da Camara do Crato contra a Junta Governativa do Ceará, acusada de retardar o cumprimento do decreto de 3 de Junho, ou mesmo de não querer executá-lo.

Em 16 de Outubro o Colégio Eleitoral, reunido no Icó, vila que participava da Comarca, criou um Governo Temporário, cujo fim seria depor a Junta de Fortaleza.

Em casa de Tristão, delegado do Crato, após essa sessão, houve banquete, no qual discursaram, entusiásticamente, em homenagem às nossas liberdades.

Indignaram-se com essas manifestações os portugueses do Icó, que eram numerosos e ricos, e também o Tenente Manuel António Diniz, comandante do destacamento local.

Foram presos alguns delegados, outros fugiram á pata de cavalo.

Dias depois, ocuparam as tropas de Filgueiras o Icó, livrando os patriotas lançados á cadeia pública.

Quanto a Diniz, derrotaram-no e o capturaram no lugar Forquilha, abaixo daquela vila três léguas, forças independentes do Riachão do Sanguê.

Em 29 de Outubro, de seu quartel no Icó, proclamou Pereira Filgueiras ás camaras da Comarca contra o governo presidido, em Fortaleza, por José Raimundo do Passo de Porbém Barbosa.

Os sucessos seguiam-se, rápidamente:

Em 4 de Novembro ordenou a Camara do Crato a prisão do Ouvidor José Joaquim da Costa Pereira do Lago, em S. João do Príncipe, sob o pretexto de ser favorável ao partido português.

No mesmo mês, em 19, "perante senadores, nobreza, clero e povo", a Camara cratense, em sessão solene, empossou os membros do Governo Temporário, cujo presidente foi Pereira Filgueiras e secretário o Padre Antonio Manuel de Sousa, Vigário de Jardim, futuro guerrilheiro de 1832. companheiro do Coronel Joaquim Pinto Madeira, na guerra civil que ensanguentou o Ceará, desde o Cariri até as várzeas icóenses, numa distancia de 30 léguas.

Marchou Filgueiras com seu exército sobre a capital, associando-se-lhe em todo o trajecto, desde o Crato, as populações rurais que não só lhe engrossavam as forças mas também as aprovisionavam de gados e víveres. Quem isso afirmou foi João Brígido, contemporaneo de muitos que colaboraram nessa honrosa e brilhante jornada em favor de nossa emancipação política.

Em 23 de Janeiro de 1823 entrou Filgueiras triunfante em Fortaleza, instalando, aí, o Governo Temporário por ele presidido.

Vencedora e consolidada a independencia no Ceará, empenhou-se José

Pereira Filgueiras numa outra empresa mais difícil e gloriosa, qual a da emancipação do Piauí e Maranhão.

Atendendo ao apelo do governo independente do Piauí, temeroso das forças do Sargento-mor português João José da Cunha Fidié, reccoso, ainda, do auxílio que a este poderiam prestar os maranhenses, atendendo ao apelo dos patriotas piauienses, partiu Filgueiras, sem perda de tempo, em seu socorro, á frente de homens dispostos á luta, é certo, mas mal armados, mal municiados, mal vestidos e mal providos de víveres.

Constituíam, como asseverou um dos nossos mais admiráveis cronistas, João Brígido, "massa informe, sem organização de guerra".

Passou-lhes Filgueiras revista em Várzea da Vaca, hoje Campos Sales, lugar fronteiriço ao território piauiense.

Poderá avaliar quanto de energia tiveram de despender os que os comandavam quem souber que esse exército improvisado se compunha, em sua maioria, de *cabras*, mestiços capazes de todas as violências, *bons no cacete e na faca*.

Para contê-los havia, sobretudo, a autoridade de Filgueiras, que eles respeitavam por que o admiravam e temiam. Admiravam-no, temiam-no e o amavam a seu modo.

Tal a reputação do caudilho na Corte, que por carta de 16 de Abril de 1823 o Governo Imperial o encarregou de libertar o Maranhão.

Recebeu a carta em Oeiras, capital do Piauí, já pronto a lançar contra as tropas regulares de Fidié as que ele e seus valentes companheiros reuniram da forma que lhes foi possível.

Antecipou-se, portanto, Filgueiras á ordem de D. Pedro I.

Sitiaram Fidié em Caxias, no Maranhão, os patriotas em número de 8.000, dos quais, no dizer do Barão do Rio Branco, "o Capitão-mor José Pereira Filgueiras, sergipano domiciliado no Ceará, (como se viu atrás, nasceu na Bahia e não em Sergipe) era o comandante chefe, com o título de general, mas fazia parte de uma chamada Junta da delegação expedicionária, a qual se compunha dele como presidente, do Brigadeiro Manuel de Sousa Martins Presidente do Governo provisório do Piauí, e dos Tenentes-coronéis Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, que depois começou a assinar-se Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, delegado da Junta do Governo do Ceará Joaquim de Sousa Martins, Comandante das armas do Piauí, e Luís Pedro de Melo César, Comandante das tropas pernambucanas."

No dia 27 de Julho passou Fidié o comando das forças ao Tenente-coronel Luís Manuel de Mesquita, que assinou a capitulação no dia 31.

E 1 de Agosto depuseram as armas os 700 homens da guarnição, caindo em poder do exército brasileiro 20 e tantas peças e 5 bandeiras.

Oito dias antes da capitulação, enviara Filgueiras a Fidié, de seu quartel de Bonfim, um ultimato de rendição, no qual profetizara não haveria ele de "ser mais feliz que o experimentado Luís do Rêgo e o maquiavélico

Madeira de Melo, que acaba de voar, e ao qual V. S. tanto deseja imitar.”

Historiadores como João Ribeiro, Rocha Pombo, Duque Estrada, Joaquim Manuel de Macedo, etc., em livros destinados ao ensino de nossa mocidade, referindo-se á independência do Maranhão, escreveram, apenas, poucas linhas, atribuindo-a a Lord Cochrane.

Mas esta não é a verdade integral.

Limitou-se Cochrane a ocupar S. Luís e Alcantara, no litoral, e depor a Junta da Capital que “com seus recursos esgotados” já mandara “emis-sários ao interior a fim de proporem armistício aos independentes”, na frase de Tobias Monteiro.

Só dez dias depois da capitulação, foi que, em Caxias, se soube dos sucessos da capital. Não influíram estes, absolutamente, na queda do reduto português.

Com a vitória de Caxias, que proporcionou a posse dos vastos sertões maranhense, não só emancipou o caudilho baiano-caririense ao Maranhão e solidificou a independência do Piauí, mas também colaborou em desfazer a união das Províncias do extremo norte que, fiéis á metrópole lusitana, poderiam tentar separar-se do resto do Brasil.

Com os nomes dos que concorreram para a unidade nacional devem, com justiça, alinhar-se os de José Pereira Filgueiras e seus bravos companheiros de expedição.

No pensar de Oliveira Lima, melhor caberia a Filgueiras que a Lord Cochrane o título honorífico de Marquês do Maranhão.

V

Vencidos e aprisionados Fidié e seus homens, em Caxias, regressaram ao Ceará José Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves.

Em virtude da dissolução da Constituinte, encontraram extremamente agitada a política da Província, cujos chefes mais importantes eram, inegavelmente, eles, aureolados pelas recentes vitórias nas jornadas de nossa independência nacional.

Orientou-os, de certo, José Martiniano de Alencar, que participara da Constituinte dissolvida, irmão de Tristão Gonçalves e amigo, agora, de Pereira Filgueiras.

Mas, depois, vencida a rebelião, renegou Alencar, em sua “Súplica” ao Imperador, seu papel na revolução, buscando explicar, a seu modo, sua partida do Rio, sua estada em Recife, sua ida ao Crato, etc., com mêdo do patíbulo que ele via se lhe erguer em frente.

Acabaram Filgueiras, Tristão e seus correligionários por levantar-se contra o governo central.

No começo, não foram eles hostis ao regime imperial.

Insurgiram-se por via da dissolução da Constituinte, depuseram em 19

de Abril de 1824 o Presidente Pedro José da Costa Barros e o substituíram por Tristão Gonçalves, mas continuaram a “obedecer, venerar e cordialmente amar a sua Majestade Imperial, constitucional liberal, como o primeiro chefe do Brasil”, na literal expressão de Pereira Filgueiras numa reunião do povo em Fortaleza, nos paços do Conselho, naquele mesmo dia 29.

No dia 1 de Maio, num ofício ao Governador das armas de Pernambuco, explicou Filgueiras como e por que foi deposto o presidente do Ceará.

De alguns tópicos do ofício deduz-se ter sido ele Filgueiras um dos factores que mais poderosamente concorreram para a deposição e embarque de Costa Barros e também para a instalação do novo governo chefiado por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe.

Veja-se o que escreveu o Capitão-mor:

“Daqui se vê que os sentimentos de sua excelência (Costa Barros) são totalmente aderidos ao sistema do ministério do Rio de Janeiro e diametralmente opostos aos sentimentos liberais desta e dessa Província, só encaminhados a pôr-nos na triste situação de cedermos á escravidão. Pêrfido! Resolveu em seu danado Conselho, organizado por nossos inimigos europeus e brasileiros degenerados, a maquinação contra minha vida (segundo a frequência de avisos que me deram) ou exterminando me, fazer-me passar pela triste sorte do grande Barata, de saudosa memória, que ilustrando os brasileiros, se tornou vítima da liberdade brasileira. Não me achava então na capital por que razões de amizade me tinham levado a visitar certo amigo na distancia de seis léguas, quando fui avisado de que em minha ausência se tinha deliberado a minha desgraça e decidido a minha sorte e então foi que do fogo mal extinto sentí renascer os becosos sentimentos do mais terno amor a minha pátria; não hesitei, reforcei o brado de meu patriotismo, marchei á capital, e á frente de minhas tropas derribei o tirano e lancei-o por terra; enfim dei um golpe decisivo, fazendo prender seus satélites, com a felicidade de não derramar uma só gota de sangue humano; e fazendo conservar a boa ordem, convoquei a camara e os cidadãos bons para instalação de um governo; e a pluralidade de votos saiu eleito presidente o excelentíssimo senhor Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, homem de bem, um dos beneméritos da pátria, que tem dado provas decididas de patriotismo e particular adesão á nossa causa.”

No mesmo documento disse Filgueiras *ipsis verbis*: “Não se desanime V. Exc., perdoe-me esta recomendação que é puramente filha de um coração liberal.”

Suspeitou ele de qualquer desanimo em Pernambuco?

Haja união, acrescentou, haja coragem, haja valor e disposição que o próprio céu nos abençoará uma vez que a causa é justa.”

Esclareceu, ainda, que o Ceará estava desarmado e esperava que o governo pernambucano o auxiliasse com armamento, “sem demora.”

Em 26 de Abril, três dias, portanto, antes da deposição de Costa Barros, mandou Pereira Filgueiras, por precaução, prender várias pessoas gradas de Fortaleza, conforme disse no officio acima referido.

Veja o leitor como narrou Filgueiras os factos ao Ministro da Guerra, José Gomes da Silveira Mendonça:

“Devia ser eu atacado na noite de vinte e quatro, mesmo na vila do Aquiraz, por um corpo de tropas para ser surpreso ou assassinado. Os avisos não me assustaram, mas os dois únicos officiais da minha guarda tenderam minha morte, a sua, e de suas famílias. Toda a noite estiveram em armas, e no outro dia 25 vadeei o rio Pacotí, esquecido já da minha vida e só lembrado dos ferros que iam agrilhoar minha pátria amada pelas famosas proclamações do presidente.”

“O povo concorreu em massa junto de mim, requerendo-me a deposição do presidente e a prisão dos cabeças da conjuração. Para sossegar-lo mandei prender os faciosos Ouvidor pela lei Joaquim Marcelino de Brito, Coronel graduado Manuel José Martins Ribeiro, Capitão-mor Joaquim José Barbosa, Sargento-mor João Facundo de Castro Menezes, Sargento-mor Jerónimo Delgado Esteves, Sargento-mor José Narciso Xavier Torres, Tenente José de Abreu, Segundo-tenente Manuel Diniz, mas nem assim ficaram satisfeitos. Vi-me obrigado a depor o presidente, execrável já aos olhos de todos, e por mais que repugnasse apenas pude salva-lo das garras das tropas somente com esta condição, que não hesitou aceitar na crise actual, e por officio propus a demissão do presidente, lembrando-lhe tal procedimento”.

A esse golpe de força não resistiu Costa Barros e entregou-se a seus adversários com o coração transbordante de ódios, que haveriam de fructificar, depois, contra os que colaboraram em despejá-lo de seu cargo. Era mesquinha a alma de Costa Barros.

A proporção que corriam os dias, aumentavam os perigos que ameaçavam Pernambuco, por mar e terra.

Em 6 de Agosto officiou seu presidente Manuel de Carvalho Pais de Andrade a Filgueiras, lembrando os “felizes ensaios” desta em Piauí e Maranhão, os quais, no parecer de Pais de Andrade, “lhe grangearam o renome de guerreiro e inabalável patriota”, o respeito do Brasil e da Provincia de Pernambuco que “o chama em seu socorro por ser nela que vai se empenhar a luta”. Dizia ser indispensavel a ida de Filgueiras “com as forças regulares que tiver disponíveis fazendo sua primeira marcha para as imediações da capital da Paraíba a fim de debelar o partido dissidente no caso de ainda allí existir e consolidar-mos a liga das quatro Provincias do Ceará até Pernambuco.”

Garantiu tomar todas as medidas para que nada faltasse ao intrépido caudilho, “principalmente dinheiro e munições de guerra”.

Mas não cumpriu ele sua promessa por que, em 17 do mês seguinte,

derrotado pelo General Francisco de Lima e Silva, fugiu e asilou-se na fragata inglesa "Tweed".

Mal planejadas e mal executadas as duas revoluções pernambucanas de 1817 e 24.

Produziram mártires, cujos nomes não são, sequer, registados, como deveriam, em nossos compêndios de história do Brasil.

Voltemos aos acontecimentos do Ceará.

No espaço de quatro meses, de 29 de Abril a 26 de Agosto, evoluiu o movimento rebelde para um sentido mais radical, proclamando seus adeptos, nessa última data, a república, aderindo à Federação do Equador, constituída pela "união das quatro Províncias ao norte do cabo de Santo Agostinho."

Triunfaram, em fim, os mais exaltados, em cujos cérebros ardia a flama do ideal republicano.

Foi breve a república no Ceará.

Periclitante o movimento, tremeram muitos de seus partidários que, logo, trataram de dar arras de sua dedicação ao império.

Deixando a José Felix de Azevedo e Sá na direção do governo, foi Tristão bater-se em Aracatí com os adversários da república, comandados por Luís Rodrigues Chaves, um transfuga que, em Recife, não podendo cumprir a missão de que o incumbiram os revolucionários cearenses junto a Manuel de Carvalho Pais de Andrade, presidente da Confederação do Equador, por este se achar fugitivo, não teve dúvidas em bandejar-se para o inimigo e oferecer-se-lhe para fazer a contra-revolução, no Ceará.

Na ausencia de Tristão, rendeu-se José Felix a Lord Cochrane sem disparar um tiro sequer.

No dia 17 de Outubro, em que chegou o almirante ao porto de Fortaleza, hasteou José Felix, às 11 horas da noite, acobardado, "com suas próprias mãos", na frase de Cochrane, a bandeira imperial, guardada ocultamente pelo Capitão Joaquim José de Santana.

Como divergiam das almas de Filgueiras e Tristão as de Chaves e José Felix!

Morreu Tristão em combate, em Santa Rosa, Jaguaribe, abandonado pelos bandos indisciplinados que comandava, assassinado por inimigos fingidos a quem não pediu misericórdia por que deles nunca a obteria.

As paixões exarcebavam-se ao ápice.

Poucos dias antes da tragédia de Santa Rosa, mataram em Jardim, no sitio "Engenho Velho", a Leonel Pereira de Alencar e seu filho Raimundo Pereira de Alencar, tio e primo de Tristão, e logo dias depois, na matriz daquela vila araripena, após o santo sacrifício da missa, trucidaram, cruelmente, sem atenderem aos rogos da vítima, o oficiante, Padre Estevão da Porciúncula Pereira, o mesmo que, em 29 de Abril, numa grande reunião do povo, em Fortaleza, nos paços do Conselho leu o discurso

de José Pereira Filgueiras, em que este pediu a demissão do Presidente José Pedro da Costa Barros.

Abyssus abyssum invocat, como se diz num salmo de David. Para vingar a morte de Leonel, buscou seu cunhado, o Sargento-mor Antônio Geraldo de Carvalho, encarregado por Filgueiras da defesa de Jardim, buscou Geraldo de Carvalho, repito, perseguir e castigar os assassinos de seu parente, mas teve a desdita de cair, em Salvaterra, numa emboscada de imperialistas, e morreram, ele e seu filho, num heróico corpo a corpo, sem quartel.

Essas lutas de 1817 e 24, esses assassinios de homens de famílias importantes no Cariri geraram, como era natural, ódios profundos e desejos insopitáveis de vingança que, em 32, desfecharam em outra guerra civil, de um lado Joaquim Pinto Madeira e Padre Antônio Manuel de Sousa, de Jardim, e do outro lado políticos cratenses, tais como José Vitoriano Maciel, Francisco Cardoso de Matos, José Francisco Pereira Maia, etc., orientados estes, no Rio, por Alencar, que foi deputado geral, senador, chefe liberal de primeira plana, naquele tempo.

Enquanto, em Fortaleza, desertava, miseravelmente, José Felix, em Jaguaribe morria Tristão Gonçalves e no sul da Província abatiana e parentes deste mui próximos, tentava Filgueiras escoltar até Pernambuco os deputados cearenses á Constituinte da Federação do Equador, missão que lhe tinham confiado.

Não pôde levar até Recife, como era seu intento, os deputados, por estarem tomadas por tropas imperialistas as estradas até aquela capital.

Dirigiu-se, então, para o Crato, a lutar, sempre, com o inimigo que o perseguia.

Nessas difíceis conjuncturas, manteve, por sua força moral, que nunca fraquejou, a disciplina dos homens sob seu comando.

No Icó, em 24 de Setembro, rebelaram-se soldados seus chefiados pelo major Canguçu, sob o pretexto de não pagamento da etapa vencida.

Não hesitou Filgueiras, prendendo-os, incontinentemente, degradando de seu posto o major insubordinado na praça mais publica do Icó e o entregando com seus companheiros de revolta á justiça ordinária para que os punisse, "por serem indignos de servir á pátria." E' o que se lê em nossos cronistas.

No lugar Picada seu destacamento de vanguarda composto de 200 homens, sob a chefia do Capitão Maximiniano Rodrigues dos Santos, conhecido por *Maxi*, valente mas imprudente, foi batido por forças legalistas de Joaquim Pinto Madeira, e mortos a bala e a ferro frio 195 dos que compunham aquele corpo de exploração.

Dos cinco restantes, três escaparam fugindo e dois graças ao ardil de se fingirem mortos debaixo dos cadáveres de seus míseros companheiros.

Em sua notável retirada para se juntarem com Filgueiras, no Ceará,

tropas republicanas de Pernambuco passaram, dias depois, pelo lugar do morticínio e calcularam que os cadáveres no campo, casa e curral se elevavam a 150, mais ou menos.

Frei Caneca, que participava da força em retirada, narrou confrangido o que viu e o que lhe contaram dessa "lamentável catástrofe", em sua expressão.

Nos dias 27 e 28 de Outubro de 1824 pelejou Filgueiras, em Missão Velha, contra os legalistas.

No dia 29 ocupou o Crato e, no dia seguinte, homens de seu comando, á frente o alferes Canuto José de Aguiar, derrotaram em Batateira, nas proximidade da vila, a força imperialista de Francisco Pereira da Fonseca.

Nunca Filgueiras foi vencido em combates por ele dirigidos em pessoa.

Cumpriu bem, em toda a campanha de 24, o que assegurou ao comandante das armas de Pernambuco, no ofício acima citado: "A minha idade são sessenta e cinco anos, mas para defender a causa da minha pátria tenho vinte e cinco".

Só dispersou seu exército na serra do Araripe, depois de reputar vencido o ousado cometimento a que se arriscara.

Entregou-se aos legalistas em Exú, Pernambuco, em 8 de Novembro de 1824, sem ter aceitado, a exemplo de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, a anistia oferecida por Lord Cochrane.

Escolheu Filgueiras o momento de dar-se á prisão e, também, o oficial de quem seria prisioneiro, o Capitão Reinaldo de Araújo Bezerra, seu comandado na expedição de Caxias, militar que o haveria de respeitar e tratá-lo com a deferência a que se julgava com direito.

E' provável terem combinado o Capitão Reinaldo e o chefe revoltoso que este seria levado até o Rio, á presença do imperador.

Isso convinha a Filgueiras que, se ficasse na Província, estaria á mercê de adversários que o não poupariam, de certo.

No caminho, em S. Romão, pobre localidade de Minas Gerais com menos de um milhar de habitantes, quase todos de cor, naquele tempo, com ruas irregulares, suas casas de *taipa*, inundadas nas cheias do rio S. Francisco, faleceu o caudilho, não de febre tífica, a meu ver, mas de paludismo apanhado em sua viagem, mal endêmico nas regiões por onde andou.

Dizem que, nesse longo trajecto do sertão pernambucano a Minas, não pronunciou Filgueiras uma só palavra, sequer.

Assim acabou aquele que, por suas lutas durante sete anos, de 1817 a 1824, por sua valentia e força muscular parecia fadado a morrer num entrevero, lidando corpo a corpo com inimigos, heróicamente.

Nos movimentos de 1817, 22 e 24, no Crato, esboçados linhas acima,

colaboraram portugueses e filhos de portugueses, os derradeiros como figuras de primeira grandeza.

Não se assemelharam os lusos que viveram no Cariri no fim do século XVIII e começo do XIX, aos dos séculos XVI e XVII, "os quais, na frase de Frei Vicente do Salvador, por mais arraizados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal, e se as fazendas e bens que possuem souberam falar também lhes houveram de ensinar a dizer como os papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é "Papagaio real para Portugal" por que tudo querem para lá."

Do contrário, casaram-se os portugueses no Cariri com moças da terra e constituíram famílias que inda hoje existem, perpetuando os nomes peninsulares.

Filhos de portugueses foram, como se viu, Filgueiras, Tristão Gonçalves, José Martiniano de Alencar, etc.

Neta do português Leonel de Alencar Rego era dona Bárbara Pereira de Alencar, heroína cratense de 17, cujo avô, fixado em Exu, Pernambuco, foi o tronco de todos os Alencares, no Brasil.